

Sinpro 35 anos Mulher e Poder

Uma **história** de **lutas** e **conquistas**

O voto **feminino** e a participação **política** das **mulheres**



Ano 1 - Edição 01
Março de 2014
www.sinprodf.org.br

Supro Mulher





EXPEDIENTE

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2.260, Brasília-DF
 Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
 Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: Área Especial 20/21 Salas 42 e 44. Edifício Alternativo Center, Setor Central, Gama - DF
 Telefone: (61) 3556.9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
 Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
E-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Facebook: facebook.com/sinprodf
Secretaria de assuntos e políticas para mulheres educadoras: Eliceuda Silva França (Coordenadora), Neliane Maria da Cunha e Vilmara Pereira do Carmo
Secretaria de Imprensa: Cláudio Antunes Correia (Coordenador), Cleber Ribeiro Soares e Samuel Fernandes
Jornalistas: José Mauro de Almeida, Luis Ricardo Machado e Tomaz de Alvarenga
Revisão: Maria Augusta Ribeiro
Capa e ilustração da Opinião: Mayrane Bucar
Projeto gráfico e diagramação: Samuel de Paula
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 25.000 exemplares
 Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO - TRIÊNIO 2013-2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
 Carlos Cirane - Coordenador
 Cláudia Bullos
 Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS
 Isabel Portuêz de S. Felipe - Coordenadora
 Francisco Raimundo (Chicão)
 Sílvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
 Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
 Elaine Amâncio Ribeiro
 Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS
 Dimas Rocha - Coordenador
 Ison Veloso Bernardo
 Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA AS MULHERES EDUCADORAS
 Eliceuda Silva França - Coordenadora
 Neliane Maria da Cunha
 Vilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS
 Rosilene Corrêa - Coordenadora
 Luiz Alberto Gomes Miguel
 Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL
 Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
 Magnete Barbosa Guimarães
 Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
 Cláudio Antunes Correia - Coordenador
 Cleber Ribeiro Soares
 Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE
 Wiviane Farkas - Coordenadora
 Jucimeire Barbosa (Meire)
 Delzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR
 Maria José Correia Muniz - Coordenadora
 Manoel Alves da Silva Filho
 Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
 Julio Barros - Coordenador
 Luciana Custódio
 Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL
 Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora
 Fernando Reis
 Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
 Gabriel Magno - Coordenador
 Iolanda Rodrigues Rocha
 Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL
 Gardênia Lopes dos Santos
 Maria Cristina Sant'ana Cardoso
 Jailson Pereira Souta
 Marcos Alves Pires
 Regina Márcia de Assis Santos

Í N D I C E

Crônica _____ 4

Sinpro 35 anos _____ 6

Entrevista _____ 8

Mulher e Poder _____ 10

Iguais na diferença _____ 14

Igualdade _____ 16

Diversidade _____ 18

Mulher e Mídia _____ 22

Lei Maria da Penha _____ 24

Invenção de Mulher _____ 28

Projeto _____ 30

Opinião

Um ano de muitos desafios e a certeza da coragem e disposição para a luta da nossa categoria e da Diretoria Colegiada do Sinpro-DF. Parabéns ao nosso Sindicato! São 35 anos de compromisso na construção da igualdade de direitos e participação entre mulheres e homens. Como presente de aniversário, neste 14 de março de 2014 lançamos a primeira edição da Revista Sinpro Mulher.

As professoras constituem a maioria da categoria. Por isso sempre organizamos a luta no sentido de garantir a formação. Consolidamos a paridade na Direção Colegiada, realizamos encontros, seminários e oficinas para definir estratégias de participação. Reafirmamos o **Jornal Sinpro Mulher** em 10 edições e, agora, a **Revista Sinpro Mulher**, como recurso à categoria para a construção da igualdade, a partir da escola.

A Revista Sinpro Mulher se propõe a debater temas que nos coloquem no papel de protagonistas para mudanças, como o enfrentamento e desconstrução de uma cultura machista, homofóbica, lesbofóbica, sexista e que violenta a mulher. Destacamos a Lei Maria da Penha, que tem encorajado muitas mulheres e a sociedade a denunciarem a violência doméstica. Chamamos a atenção para a questão de como a mídia expõe, de maneira preconceituosa, a imagem da mulher.

No âmbito das conquistas das mulheres há que se reconhecer o direito ao voto. Mas há que enfrentar o desafio de superar a lenta evolução no direito de serem votadas. Por isso continuamos a luta por uma reforma que garanta a participação na vida política do país, e nossa determinação por mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres. Apresentamos entrevistas, artigos e provocamos, por meio de dinâmicas, o debate e a construção da igualdade na escola. Apresentamos ainda experiências em sala de aula, onde a mulher é a grande protagonista de descobertas que facilitam o dia a dia de todas e todos.

Diz o ditado popular que mulher tem “seis sentidos”. De fato, a vida comprova isso, nossas mil tarefas realizadas no cotidiano, da casa ao mercado de trabalho, dos sonhos à ciência, da morte à vida, tudo confirma esse dinamismo feminino.

Com o tema do projeto de autoria da Secretaria de Mulheres Educadoras do Sinpro-DF, “IGUALDADE SE PLANTA NA ESCOLA”, incentivamos e apoiamos, ao longo do ano, experiências pedagógicas que trabalhem essa temática.

Para facilitar o trabalho, apresentamos um encarte com o calendário de lutas das mulheres e dos movimentos sociais. Divulgue esse calendário em sua escola, principalmente nos encontros de coordenação pedagógica e nas salas de aula.

A primeira edição da Revista Sinpro Mulher foi elaborada de modo a constituir-se como mais uma ferramenta para que vocês, educadoras e educadores, possam promover o debate da igualdade de direitos na escola e tenham a ousadia de romper os muros na construção dessa sociedade tão desejada de paz e respeito entre todas e todos. Temos a certeza que muito já foi feito, mas também que ainda há muito a se fazer. Na próxima edição da Revista Sinpro Mulher, você e seu trabalho serão a notícia.

Um abraço!

Eliceuda França

Coordenadora da Secretaria de Políticas para as Mulheres Educadoras - Sinpro-DF



Esperança e fé para 2014

Crônica

Somos 29 mil mulheres sindicalizadas e mais de 80% dos profissionais da educação. Somos maioria, mas a sensação que tenho é de que muitas de nós quer ser mais vista e mais valorizada! Ei, olha a gente aqui!!!

Percebo isso ao circular por vários ambientes, principalmente os educacionais. Mas outro dia, numa festa de família, um primo me ligou (nunca me liga) pra dizer que tinha um colega médico recém separado: perfeito pra mim!!! Tenho 37 anos, fui brevemente casada e tenho um filho: sou “mãe SOLTEIRA”.

E eu pensei: “há, meu Deus! Mais um?!”. Ah, tá bom. No fundo até achei legal! Já tinha começado a pensar em namoro de novo. Confesso! Ok. Cheguei à festa e conversei com a parentada. De repente vem o primo, médico também, todo empolgado: “Olha, esse aqui é o meu amigo! Conversem aí.”

A gente estava super sem graça. Todo mundo da família parou para olhar. Minha irmã veio nos cumprimentar. Mas o pior foi quando ele perguntou o que eu

fazia profissionalmente. Eu disse toda feliz, mas já de olho na reação dele: sou professora da SEEDF.

Ele respondeu, com a voz de taquara rachada que tinha, e com uma expressão facial e corporal estranha: “Ah, é?!!! Minha ex também era professora!!!”.

Gente, com aquela cara de ‘nojo’!

Affff, digo eu. Vazei!

Mas fiz esse preâmbulo para perguntar a mim mesma e a quem lê: COMO ANDA A NOSSA AUTOESTIMA DE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO PARA 2014?

Começo a resposta comigo mesma: anda muito bem, obrigada! Depois de passar por grandes provações e perrengues!

Vejo professoras comprometidas e engajadas a desempenhar a profissão que escolheram. Encontro colegas em livrarias, em sebos, no teatro, no cinema, em cursos e em encontros. A gente está sempre pensando na aula que acabou de ministrar ou no projeto futuro que está nascendo a partir da fala de algum(a) aluno(a).

As nossas merecidas férias

Sugestões para ler:

“A sociedade dos filhos órfãos”,

de Sérgio Sinay (Ed. BestSeller)

“Sob Pressão - Nenhuma criança merece Superpais”,

de Carl Honoré (Ed. Record).

servem para renovar nossas energias e nossas esperanças. Renova também a nossa crença de que somos, sim, imprescindíveis na construção de um mundo melhor.

De acordo com a astrologia, 2014 marca o início da Era de Aquário. A última aconteceu a cerca de 50 anos, na década de 60 (Paz e Amor!). As previsões, agora, são de progresso, realizações e revolução na vida pessoal.

Hora de denunciar aquele que espanca a mulher e molesta a filha; hora de se preparar para aquele mestrado; hora de não se matricular em nada e mergulhar profundamente na escola da vida; hora de ser um pai e uma mãe realmente responsáveis; hora de praticar exercícios físicos de verdade; hora de se manifestar; hora de sonhar e realizar...

Complementam os astrólogos que depois dessa bonança virá a escassez. Parece-me que essa escassez refere-se ao alimento. Então, também é hora de trabalhar numa escola da Zona Rural; aprender agricultura familiar e aprender a dividir! Bom demais!!!

“Epicuro” dizia que precisa-

mos somente de três coisas para sermos felizes:

- **Uma vida autossustentável;**
- **Uma vida bem analisada;**
- **E bons amigos(as).**

Fácil, não é?! Que maravilha! Então, mãos à obra. Temos muito trabalho. E como costume dizer, “sucesso é sinônimo de trabalho e trabalho do bom!”

Um maravilhoso 2014 a todos nós, especialmente a nós, mulheres! Espero que tenhamos tempo para celebrar o 8 de Março todos os dias! Costume dizer a meu filho: “você até pode esquecer o Dia das Mães, mas o Dia da Mulher não! Pois antes de ser mãe eu SOU MULHER!”.

Parabéns ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal pela iniciativa da publicação! A categoria espera sempre melhoria na qualidade do trabalho interventivo do Sinpro, junto às escolas também!

Professoras e professores, por favor, compartilhem quais são as suas expectativas para 2014 com relação a sua condição de mulher trabalhadora e enviem para sinpromulher@sinprodf.org.br!

Seguimos juntas!



Roseli Araújo Batista

é professora da SEEDF. Trabalha com leitura e comunicação nas prisões do Distrito Federal.
(roseliaraujo.batista@gmail.com)

Sugestões de filmes:

“Carregadoras de sonhos”,

“O sorriso de Monalisa”,

“Valente”.

Sinpro - DF 35 anos

Uma **história** de **lutas** e **conquistas!**

Este ano o Sinpro completa 35 anos de existência e intensas atividades. É uma história consistente e repleta de lutas e ações em defesa de uma categoria majoritariamente feminina.

Nós professoras somos 82% de uma categoria que não para e que tem como ideal a construção de uma sociedade solidária, fraterna e consciente de seus direitos e deveres. Cumprimos este objetivo através da educação, dia a dia, nas escolas, nas ruas, nas manifestações, cientes da importância que temos na construção de uma sociedade justa e fraterna, com menos desigualdade social.

E fazemos assim porque temos um sonho: viver com dignidade e respeito. E o sonho representa a esperança de dias melhores. Significa a nossa vontade de sentir que vale a pena viver.

Entendo que, por estas caracte-



Maria Augusta Ribeiro
Ex-diretora do Sinpro e da CUT.

terísticas, nosso Sindicato é uma referência de dignidade, ética e lutas que ultrapassa nossa cidade e ganha aplausos pelo Brasil afora.

Penso também que essa história deve muito ao fato da categoria ser majoritariamente feminina, o que impõe, à estrutura do Sindicato e das lutas, a participação das mulheres com intensidade e vigor.

Desde o início as professoras participam ativamente da vida do Sinpro. Antes, mais na base da categoria, na organização da entidade, enquanto a majoritária presença dos homens nas estruturas diretivas da entidade era visível. Haja vista que as direções passadas eram quase exclusivamente compostas por professores, tendo um homem o cargo de presidente. As comissões de negociação não eram diferentes, mais homens que mulheres, em que pese a imensa maioria de professoras dentro das escolas.

Com o advento da CUT – Central Única dos Trabalhadores, entidade vanguardista e revolucionária, a discussão sobre a participação das trabalhadoras em suas entidades, seus sindicatos, toma corpo e as discussões sobre a valorização das mulheres e a importância da ocupação de cargos nas estruturas sindicais caíram muito bem no gosto de nossa categoria. Fomos à luta.

Sugestão de livro:

“A ditadura envergonhada”

Elio Gaspari (Ed. Intrínseca)



Colhemos e agora comemoramos, com alegria, a evolução da participação feminina, fato que exigiu de nós muita determinação, trabalho e garra porque espaços de poder nós conquistamos com a luta, a organização e a participação efetiva. Ninguém nos cedeu este ou aquele espaço. Nós conquistamos e consolidamos nossa presença nas direções das lutas: Direção do Sinpro, Comissão de Negociação, Comando de Greve, mesas e intervenções nas assembleias, plenárias, conferências, congressos, etc. Tudo isso garantido em nosso Estatuto que é a Lei que rege as relações entre a Direção do Sinpro e a categoria. E tanto lutamos que temos hoje a garantia da PARIDADE DE GÊNERO nas instâncias do Sinpro.

Mas não foi fácil chegar a isto. A luta foi intensa e, com certeza contou com a disposição, o engajamento e a dedicação de muitas professoras guerreiras que dedicaram suas vidas, principalmente sua juventude, para colocar o Sinpro como referência de lutas e conquistas que nos garantem viver com dignidade.

Obrigada professoras Rejane Pitanga, Lucia Iwanov, Fátima Ribeiro, Adenilce, Lucia Carvalho, Neusinha Cut, Olgamir, Márcia Gilda, Bernardete Diniz, Thaís Romanelli, Neuraci, Auriene, Neusa do CEAN, Fatinha Nunes, Vanusa, companheiras que, como eu, foram dirigentes do Sinpro e hoje estão em outras estruturas da sociedade. Abraçando vocês abraçamos todas que continuam a brilhante trajetória do Sindicato e dirigem, com garra, nossa entidade, nossas lutas.

Vale muito comemorar essas conquistas que nos colocam em igualdade com os homens. Isso significa respeito e valorização de nossa participação, de nosso trabalho, de nossa dedicação e de nossa inteligência.

Se o lema das entidades feministas que organizam a participação e o empoderamento das mulheres na sociedade é **“não queremos mais nem menos, queremos igualdade”**, nossa luta já garantiu isso em nosso Sindicato.

Mas é preciso muita atenção e participação para mantermos essas conquistas. Nada vem de graça. Tudo vem da luta.
PARABÉNS, MULHERADA BOA DE LUTA!

Confira os eventos e as datas que marcam as mudanças de nosso Estatuto, empoderando cada dia mais as mulheres professoras, colocando-as como protagonistas de um dos mais importantes sindicatos do país: o Sinpro-DF.

- Em 15 de outubro de 1960 foi criada a APEMB - Associação de Professores do Ensino Médio de Brasília, tendo existência até o golpe militar de 1964.
- Após 12 anos de silêncio e repressão, um grupo de professoras e professores funda a APDF - Associação dos Professores do DF. No ano de 1978 recebemos o registro de APPDF - Associação Profissional dos Professores do DF.
- Há 35 anos, em 14 de março de 1979 o Ministério do Trabalho autoriza a denominação Sinpro-DF: Sindicato dos Professores no Distrito Federal.
- Em 18 de junho de 1986, toma posse uma nova diretoria, tendo como Presidenta a professora Lucia Helena de Carvalho, primeira professora a ocupar esse cargo.
- O 6º Congresso dos Trabalhadores em Educação, realizado de 26 a 29 de junho de 2003, criou a Secretaria de Gênero, Raça e Sexualidade no Sindicato.
- O 7º Congresso de Educação, realizado entre 29 de junho e 02 de julho de 2006, criou a Secretaria de Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro.
- No dia 14 de julho de 2007 toma posse a primeira diretoria do Sinpro, já em caráter colegiado, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, composta pelas diretoras Eliceuda, Rejane e Thaís.
- O 8º Congresso de Trabalhadoras(es) em Educação, realizado de 6 a 9 de outubro de 2008 aprovou a PARIDADE DE GÊNERO na direção e nas demais instâncias do Sindicato.
- Em 14 de julho de 2010 toma posse a primeira Diretoria Colegiada do Sinpro, com igualdade de gênero, tendo 20 diretoras e 19 diretores na composição do Sindicato.



Érika Kokay fala sobre a **violência doméstica, direitos, aborto e representatividade feminina** na política

Milhões de mulheres já fizeram, fazem ou farão aborto no Brasil. Pelo fato do procedimento ser criminalizado no País, torna-se a principal causa de mortes maternas. Portanto, “o tema não pode ser encarado com hipocrisia. Deve, obrigatoriamente, ser tratado sob a ótica de saúde pública”, garante a deputada federal Érika Kokay (PT-DF).

A deputada aponta a falta de políticas públicas, que permitiriam um eficaz planejamento familiar e evitariam a maioria das gravidezes indesejadas. Segundo a parlamentar, a criminalização do aborto vitima principalmente as mulheres pobres que utilizam procedimentos sem as mínimas exigências médicas.

Érika Kokay é categórica ao afirmar que o Estado não pode mais ignorar a questão do aborto. A própria sociedade tem que encarar o fato sem preconceitos. Se o

problema afetasse as mulheres ricas, talvez o enfoque atual fosse outro. Porém, diz a deputada, as ricas podem até sair do Brasil para se submeter a um procedimento totalmente seguro. Mas a maioria, mulheres pobres, fica à mercê da clandestinidade, ressalta a parlamentar.

Violência doméstica

“Desumaniza. Despersonaliza. Tortura.” Assim, a deputada petista qualifica a questão da violência doméstica. Entre as formas de violência sofridas por mulheres, dentro de suas próprias casas e por aqueles que deveriam ser seus parceiros, Érika Kokay ressalta aquela que “deixa hematomas na alma”.

A deputada faz a defesa de uma agenda de igualdade de gênero, de centralidade. Esta seria através de políticas públicas que permitissem o enfrenta-



Érika Kokay

Deputada Federal - PT - Distrito Federal

mento da violência por meio de uma reconstrução cultural. Só assim se poderia reverter a herança machista do colonialismo. Érika Kokay aponta a comunicação, via campanhas educacionais, como ferramenta para o combate a esta prática medieval.

A Lei Maria da Penha, de acordo com a parlamentar, foi uma grande conquista. O rigor punitivo para os criminosos domésticos está atualizado na legislação. Entretanto, Érika Kokay observa que uma Lei só tem seu efetivo vigor se a sociedade dela se apoderar e exigir o seu cumprimento, em sua integralidade.

Conquista de espaço

A representatividade do sexo feminino na Câmara dos Deputados é de pouco mais de

8%. Ou seja, dos 513 deputados (as) apenas 45 são mulheres. Se elas, as mulheres, representam mais da metade da população brasileira, pode-se concluir que existe uma enorme discrepância na representatividade política. “Há mais representatividade em países onde as mulheres usam burcas do que no Brasil”, diz Érika Kokay.

A deputada considera que a conquista de espaço no meio político nacional – federal, estadual, distrital e municipal – passa, necessariamente, por uma reforma política eficaz. Simultaneamente, são fundamentais as políticas públicas (creches, jornadas de trabalho, etc) que propiciem meios para que elas possam também disputar, em igualdade de condições, o espaço que lhe é devido.

Érika Kokay analisa que

as mulheres quando adentram um espaço tipicamente masculino, com cultura sectária e machista, encara a ditadura da perfeição. Segundo ela, as mulheres sofrem sentimento de culpa se algo não está totalmente correto. “Elas sabem que qualquer erro será apontado como uma falha feminina. Tá vendo, só podia ser mulher!”, diz a parlamentar.

Érika Kokay foi indicada para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Ela volta a afirmar que a reforma política, que garanta às mulheres maior espaço nos meios partidários é essencial para democratizar o Parlamento. “As mulheres querem e podem assumir a caneta e o microfone, mas sem ter que abrir mão do batom”, conclui a deputada.

O voto **feminino** e a participação **política** das **mulheres**

A noção de participar e decidir sobre o rumo da história de um país teve início na contemporaneidade durante a Revolução Francesa, que se iniciou em 1789. Entretanto, essa concepção de participação ficava restrita e subjugada a participação masculina. Isso apesar das mulheres envolvidas nos debates, nas manifestações, nas revoltas e nas decisões entenderem diferente e, inclusive, reivindicarem de forma coletiva o direito à participação política.

Ao longo do século XIX e início do século XX se consolidou a participação popular nas decisões políticas por meio da eleição de representantes, seja governadores, primeiros ministros, parlamentares em geral. A esse processo convencionou-se chamar de democracia, momento quando o povo elege seus representantes para o exercício do poder político.

Sobre esse processo são necessárias algumas considerações: primeiro, que é um processo recente na história ocidental. Até a Revolução Francesa o debate político ficava restrito aos “eleitos divinos” (isso devido a forte influência das Igrejas Cristãs nos Estados Europeus); segundo, o processo eleitoral – tanto para ser eleitor como para ser elegível – estava restrito às pessoas com as seguintes características: ser do sexo masculino, ser rico e ser branco.

Para romper essas barreiras e construir um processo de igualdade de direitos, as mulheres se organizaram em partidos políticos e em associações. O primeiro país a garantir o direito ao voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893. Em 1918 foi a vez da Alemanha e do Reino Unido. França, Itália e Japão adotaram somente em 1945.



Deolinda Daltro
Professora fundadora do PRF



Carlota Pereira de Queiroz
Primeira mulher eleita deputada



Luíza Alzira Soriano Teixeira
Primeira mulher eleita prefeita

No Brasil, as pioneiras

A instituição do voto feminino se deu a partir de uma reforma no Código Eleitoral, com a assinatura do Decreto-Lei 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, pelo então Presidente Getúlio Vargas. Mas, somente as mulheres casadas, viúvas e solteiras que tivessem renda própria podiam votar. As restrições acabaram somente em 1945.

A luta pelo voto feminino no Brasil iniciou-se em 1910, quando a **professora Deolinda Daltro** fundou, no Rio de Janeiro, o Partido Republicado Feminino, cujo objetivo era “promover a cooperação entre as mulheres, na defesa de causas que fomentassem o progresso do país”, tendo como principal bandeira a defesa do voto feminino.

Manifestações mais contundentes iniciaram em 1919,

quando a bióloga **Bertha Lutz** fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. A Federação teve papel fundamental na conquista do sufrágio feminino e, por extensão, na luta pelos direitos políticos da mulher.

A primeira deputada eleita foi a paulista, médica e pedagoga **Carlota Pereira de Queiróz**, em 1934. E a primeira prefeita foi **Luíza Alzira Soriano Teixeira**, em 1928. Ela, aos 32 anos, elegeu-se prefeita de Lajes, cidade do interior do Rio Grande do Norte, pelo Partido Republicano, com 60% dos votos. Foi a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade. A senadora brasileira, **Benedita da Silva**, elegeu-se em 1994, tornando-se a primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado. Todas elas enfrentaram muitos precon-

ceitos para chegar aonde chegaram.

A distância no tempo não é apenas grande entre Alzira e **Dilma Rousseff**, primeira presidenta do Brasil. Mas entre ela e todas as outras mulheres que assumiram cargos executivos no país. A primeira prefeita de uma capital, **Maria Luíza Fontenele**, iniciou seu governo em Fortaleza, em 1986, o que significa 57 anos depois de Luíza Alzira. A primeira governadora, **Iolanda Fleming**, do Acre, tomou posse em maio de 1986. A primeira prefeita da maior cidade do país, **Luíza Erundina**, iniciou sua gestão, na capital paulista, em 1989.

Todas elas abriram caminho para que outras mulheres assumissem cada vez mais cargos no Poder Executivo e no Poder Legislativo.



Iolanda Fleming
Primeira governadora eleita



Benedita da Silva
Primeira senadora negra eleita



Dilma Rousseff
Primeira presidenta eleita

Reforma Política e Mulheres

O movimento feminista é caracterizado por desenvolver uma luta sócio-política que busca promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade civil. Essa luta se dá sobretudo no campo político.

Nós, mulheres, podemos afirmar, com toda certeza, que o sistema político brasileiro não nos representa. Mas também não representa os e as pobres brasileiras, não representa a grande maioria da população brasileira porque, tanto o poder Legislativo que faz leis que beneficiam grupos econômicos restritos, como bancos, empresas, como o Poder Executivo que não administra os recursos públicos de forma a assegurar direitos constitucionais básicos.

A sociedade brasileira exige uma Reforma Política que promova um sistema mais representativo, democrático, igualitário e eficiente. Para tanto é preciso trabalhar com a paridade nas representações de parlamentares. Isso significa que, se temos 100 % de vagas para o parlamento, que 50% das vagas sejam ocupadas por mulheres e 50% por homens.

Paridade é a regra que garante igualdade de tratamento entre grupos distintos, tanto a direitos como a deveres, sem exceções.

Participação das mulheres nas instâncias de poder

Hoje no Brasil somos 51% da população e não temos nem 9% de representantes na Câmara Federal. Isso para citar um único caso, fora a avaliação no poder executivo (Governos estaduais e municipais) e poder Judiciário.

Por que é importante termos representantes mulheres nos diversos espaços do exercício do poder?

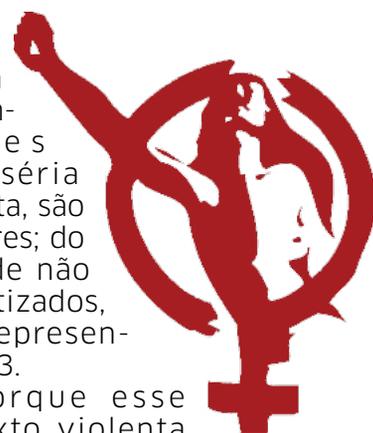
Em primeiro lugar, porque somos capazes!

Além disso, porque vivemos numa sociedade patriarcal e desigual, onde 70% do total de pessoas que

vivem em condições de miséria absoluta, são mulheres; do total de não alfabetizados, elas representam 2/3.

Porque esse contexto violenta as mulheres? Segundo estatísticas levantadas pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher, em escala mundial, um (01) em cada cinco (05) dias de falta ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas. E também porque a sociedade é injusta com as mulheres - a carga horária de trabalho diário é, aproximadamente 13% superior a do homem.

Porque a história mostra que as melhorias sociais, econômicas para um determinado grupo social sempre aconteceram quando o próprio grupo protagonizou a mudança. Isso significa que, se queremos mudanças fincadas na justiça e igualdade, temos que estar a frente dessa luta.



Vilmara Pereira do Carmo
Diretora do SINPRO-DF



Pesquisa

Pesquise em sua escola como anda a representatividade feminina e masculina. Há quantas alunas representantes e vice - representantes e quantos alunos na escola? Quantos são meninos, quantas são meninas? A Direção da sua escola é um espaço de exercício de poder, quantos membros tem no total? E quantos são homens e quantas são mulheres?

O Conselho Escolar também é um espaço de poder. Quantos membros tem no total? E quantos são homens e quantas são mulheres?

Preencha os quadros abaixo com as informações coletadas sobre a sua escola.

QUADRO 1

	Matriculados	Percentual
Total de estudantes matriculados		
Alunas		
Alunos		
	Eleitos	Percentual
Total de representantes		
Representantes		
Vice-representantes		
Meninas representantes		
Meninos representantes		

Após a coleta de dados e o preenchimento do quadro acima, faça uma análise das relações de gênero em sua escola. Há mais meninas ou meninos? Há uma representatividade paritária nos espaços de poder?

Indague o porque da resposta da pergunta acima.

Podemos afirmar, a partir do texto e do levantamento do quadro 1 que as mulheres não gostam de exercer a liderança?

QUADRO 2

	Quantidade	Percentual
Total de membros da Direção		
Homens na Direção		
Mulheres na Direção		
Total de membros do Conselho Escolar		
Homens no Conselho Escolar		
Mulheres no Conselho Escolar		

Questionamentos para debate:

Há paridade na Direção e no Conselho Escolar de sua escola?

Indague o porquê da resposta da pergunta acima.

Rompendo os muros da Escola

Pesquise:

- Quantos representantes parlamentares temos na Câmara Legislativa? Quantas são mulheres? Quantos são homens?
- Quantos habitantes vivem no DF e quantos são homens e quantas são mulheres?
- Faça uma proporção entre a quantidade de representantes e a quantidade de pessoas, por sexo. Podemos afirmar que no DF há paridade na Câmara Legislativa?
- Você conhece uma Lei ou projeto do GDF que beneficie as mulheres? Se for Lei procure saber quem a propôs, como foi a votação na Câmara Legislativa e se está sendo cumprida na prática. E se for um projeto de Governo, qual Secretaria se encarrega de acompanhá-lo? Depois analise se o projeto está funcionando.

Iguais na diferença

O Homem na construção da **igualdade**

...temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza - Boaventura de Sousa Santos

“Toda a História das mulheres foi escrita pelos homens”, dizia Simone de Beauvoir, que nesta simples frase encerra uma grande verdade e ao mesmo tempo dialoga com o feminista francês Poulain de La Barre, que assim se expressava: “ tudo o que os homens disseram ou escreveram sobre a mulher deve ser suspeito, pois eles são, ao mesmo tempo, juiz e parte”. Neste sentido, cabe às mulheres contribuírem para a criação de novos paradigmas e novo ordenamento das relações humanas, o que significa a possibilidade das mulheres reescreverem sua história, colocarem sobre tudo e sobre todos “um olhar feminino sobre o universo”.

É importante que o homem incorpore a questão de gênero como parte do nosso pensar e também de nossas ações, afirmando que os homens e mulhe-

res são construtores da história, não só os homens. Temos que romper com a lógica da reprodução capitalista e dos valores por ela impostos e incalçados, inclusive o da educação sexista, que se expressa em práticas e atitudes que fomentam a desigualdade social dos indivíduos, com base na diferenciação sexual, sendo extremamente limitante para homens e mulheres. Para elas, mais ainda devido à atribuição de papel estereotipado que se dá a cada um e cada uma, sem falar nas práticas racistas e elitistas.

Ao homem cabe apoiar e auxiliar o empoderamento das mulheres, fortalecendo, respeitando e estimulando a atuação de suas militantes, comprometendo-se com a articulação nas mais diversas entidades que representam os interesses das mulheres, além de se juntar à sua mobili-

Sugestão de livro:

“Gênero, sexualidade e educação”

Guacira Lopes Louro (Ed. Vozes)

zação por entender que são fundamentais para despertar a sociedade para a necessidade de mudanças. Também cobrar do poder público a proposição e implementação de políticas que superem as fragilidades da cidadania feminina, resultante de tanta desigualdade.

Nas últimas décadas aconteceram mudanças e conquistas importantes na busca de igualdade e liberdade para as mulheres, resultado de um processo histórico, de lutas cotidianas no combate à cultura machista e patriarcal, fruto da luta feminista em busca do empoderamento e autonomia das mulheres. As mudan-

ças vieram aos poucos e muitas ainda virão, dependendo da resistência e persistência das mulheres. Mas, a igualdade entre homens e mulheres ainda está muito distante.

Portanto, para que a mulher possa consolidar suas conquistas, alcançar novas; para que ela não possa retroceder no caminho já percorrido, ela precisa conquistar posições dentro da vida econômica do país e do mundo. Assim como conquistar postos no poder político e de adoção de decisões, que se constituem uma exigência básica da justiça, da democracia, da igualdade, do desenvolvi-

mento e da paz. Essa é a bandeira mais importante, que as mulheres, em todo o mundo e em nosso país deverão erguer, com garra, neste século XXI.

E o homem precisa estar junto, ser parceiro da mulher na luta por uma agenda positiva pela autonomia e igualdade no mundo do trabalho e doméstico, no combate aos padrões machistas, com respeito à vida pública e privada e pela cidadania. O homem precisa estar junto pela educação inclusiva e não sexista, pela saúde das mulheres, pelos direitos sexuais e direitos reprodutivos e pelo enfrentamento à violência contra as mulheres.



***Júlio Barros**
Diretor do SINPRO-DF

TEMA: MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER

Objetivos:

- ✓ Estimular a percepção do presente e do futuro, dos obstáculos e limitações. Refletir sobre a forma como os estereótipos de gênero podem condicionar o modo como projetamos o futuro.
- ✓ Idade preferencial: Qualquer idade e modalidade de ensino.
- ✓ Nº de participantes: Mais de 6.
- ✓ Duração: 90 minutos.
- ✓ Materiais: pincéis, lápis de cor, cartolinas, folhas de papel A4, revistas, cola, tesoura.

Lançando as sementes

1. Pedir às/aos estudantes que façam dois desenhos (ou representações visuais) sobre si mesmos. Eles terão 45 minutos para desenvolver essa tarefa. No primeiro trabalho deverão retratar como pensam que são atualmente e deverão ainda representar o lugar onde preferem estar. No segundo deverão se retratar como imaginaam que serão daqui a 10 anos e o lugar onde desejam estar.
2. Colocar à disposição das/dos participantes uma variedade de materiais (lápis de cor, pincéis, revistas, tesouras, etc.) para que possam realizar a atividade livremente.
3. Depois de terem concluído os trabalhos, convidar as/os participantes para conversarem em pequenos grupos e analisarem as diferenças que existem entre as suas representações visuais.
4. No final, debate em plenário com todas e todos.

Proposta de tópicos para debate

- O que é que acharam do exercício?
- Como avaliam os vários desenhos?
- Que diferenças encontram entre as projeções feitas por eles e as feitas por elas?
- O que é que pensam destas diferenças?
- Os estereótipos de gênero condicionam as projeções que fazemos para o futuro?

Igualdade

Educação antirracista: celebrar a diversidade

Vivemos um momento de grandes transformações na esfera das políticas sociais que exige de nós um despir-se. Despir-se de nossos preconceitos e amarras que nos impõem, ainda hoje, uma educação europeizante e eurocêntrica. A escola é um dos espaços de maior diversidade e também de maior exclusão.

Nós, enquanto educadoras e educadores temos que trabalhar para uma educação antirracista e não podemos confundir racismo e bullying. Não é uma tarefa fácil, porém, para termos uma socie-

dade onde a democracia seja respeitada, temos que construir na escola um espaço de direitos iguais, principalmente banindo a hierarquia existente na escola, ainda que de forma velada, em relação a valores determinados pela cor da pele.

A Lei 10.639/2013 está aí para que possamos ter a real importância desse debate, de forma sistemática, na escola. Para que seja possível uma educação antirracista temos que focar numa educação de constantes debates no espaço da escola e com discussões



Jucimeire Barbosa
Diretora do SINPRO-DF



em sala de aula sobre as desigualdades na sociedade, discutindo os problemas sociais e em que proporções atingem diversos grupos raciais.

A construção social da/do estudante se dá pelo entendimento da importância de sua representação na sociedade e o que sua atuação influencia na convivência com a diversidade e os diferentes grupos existentes e inerentes à sociedade.

Trabalhar a autoestima dessa/desse estudante é dizer que a escola é um espaço que a/o respeita. E não apenas em discurso ou numa única semana em que se discuta a consciência negra. Mas que tem a prática do respeito e da valorização histórica de contribuições valiosas onde se mostra a diversidade étnica da sociedade, respeitando, assim, as diferenças raciais, num constante trabalho, o ano inteiro.

Precisamos ter como prática antirracista desenvolver,

a partir de observações de discriminação e preconceito, reflexão sobre a temática e ações que possam ser contundentes no combate a esse comportamento.

O Brasil tem uma formação social e cultural a partir do negro, do índio, do branco, da miscigenação. Isso faz com que tenhamos uma diversidade plural nos diferentes grupos existentes. E essa informação tem que ser amplamente divulgada e discutida no espaço da escola, para que o entendimento das diferenças seja respeitado.

É importante saber e compreender que somos parte de uma coletividade, mas que temos nossa individualidade em grupos distintos: étnico, econômico, cultural e racial. Temos percepções valiosas para entendermos as diferenças existentes na sociedade que devem promover a democracia.

Outro ponto de grande importância é a religiosidade.

Embora saibamos que a escola, assim como o Estado sejam laicos, não é bem assim que acontece nos espaços escolares que, por vezes se referem à religiosidade de seu grupo discente como se fosse apenas de católicos e evangélicos, negando a formação religiosa a partir da matriz espiritual e das religiões de matriz africana.

A educação religiosa desenvolvida na escola deve ser aquela que não discrimina, e sim aponta suas raízes, fomentando a importância de sua prática para a sociedade e seus grupos étnicos e religiosos, sem desprezar a história e a representação de cada grupo social e racial.

Somente com a promoção de ações dessa natureza conseguiremos fazer da escola um espaço para todas e todos, à frente das grandes transformações, do despir-se para a mudança de paradigmas, da celebração da diversidade.

Sugestões de filmes:

“Histórias Cruzadas”, “Escritores da Liberdade” e “Preciosa”



Características de uma educação antirracista:



- Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
- Busca, permanentemente, uma reflexão sobre racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
- Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar, cuidando para que as relações interpessoais entre adultos, adolescentes e crianças sejam respeitadas.
- Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar, utilizando-a para promover a igualdade e encorajando para a participação de todas e todos.
- Ensina às crianças e adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira e mundial.
- Busca materiais que contribuam para a eliminação do “eurocentrismo” dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial.
- Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento da diversidade racial.
- Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do auto-conceito de estudantes pertencentes a grupos discriminados.

Década de 70 dá início ao movimento LGBT no Brasil

O movimento LGBT, sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, nasceu na década de 1970, no Brasil, formado, em sua maioria, por homens homossexuais. Logo nos primeiros anos de atividade as lésbicas começaram a se afirmar como sujeito político. Já nos anos 1990 o movimento ganhou a força de travestis e transexuais, e somente no início dos anos 2000 os bissexuais se fizeram visíveis e passaram a cobrar reconhecimento do movimento.

Tudo começou em meio à Ditadura Militar no Brasil, quando alguns movimentos começaram a ganhar visibilidade na década de 70, exemplo do movimento feminista, as primeiras organizações do movimento negro e do movimento homossexual, como o **Somos** (Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo). É importante salientar que o nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação do projeto de politização da questão da homossexualidade.

A partir do surgimento da Aids e a forma como a doença foi divulgada, associando-se às políticas públicas de enfrentamento à epidemia, a homossexualidade ganhou muita visibilidade. Foi diante de toda esta transformação que surgiram, na década de 70, os primeiros grupos militantes homossexuais no Brasil, no contexto da “abertura” política que anunciava o final da ditadura militar. Aliado aos movimentos feministas e negros, o movimento homossexual lançou o primeiro levante com propostas de transformação para a sociedade, tentando abolir vários tipos de hierarquias sociais, principalmente aquelas relacionadas a gênero e à sexualidade.

Após várias décadas de luta e preconceitos, o movimento LGBT conquistou uma série de vitórias, que passam do respeito à “orientação sexual” a retirada da homossexualidade da lista de doenças, ou seja, o fim da patologização. Segundo a ex-diretora do Sinpro, Maria de Fátima Nunes da Silva

Sugestão de filme:

“Meninos não choram”

Sugestão de livro:

“Gênero e diversidade na escola” - CEPESC/SPM, 2009



Marcha pelos direitos civis em Atlanta, 1977

Movimentos que marcaram e continuam marcando a luta por direitos e visibilidade da diversidade

Travestis em casa noturna de São Paulo, anos 70

III Marcha Nacional Contra a Homofobia, Brasília, 2012



(Fatinha), a visibilidade da luta do movimento LGBT vai tornar real as garantias constitucionais dos direitos humanos. **“Quando os atores interessados diretamente nos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais se mobilizam e se organizam em prol da defesa dos seus direitos, poderão exigir da sociedade e dos governos que efetivem os direitos humanos que já estão previstos na Lei”**, sinaliza Fatinha, ressaltando que a sociedade precisa ser sensibilizada para conviver com as diferenças e saber que os direitos humanos devem prevalecer. “É através da educação que construímos o respeito à diversidade”.

Combate à homofobia nas escolas

A luta por uma sociedade democrática e por escolas sem homofobia tem sido

uma das bandeiras levantadas pelo Sinpro-DF. Com o objetivo de difundir a luta contra toda forma de discriminação e homofobias, o Sindicato tem participado de paradas de orgulho LGBT em diversas regiões administrativas. Para **Fatinha** é preciso que haja a defesa dos direitos humanos da comunidade LGBT e o Sindicato dos Professores é um aliado no que se refere à luta por uma sociedade democrática. “Sou contrária a qualquer forma de discriminação e homofobia. A escola não pode contribuir para o aumento do preconceito contra lésbicas, gays, travestis e transexuais. Devemos combater o preconceito e a discriminação no ambiente escolar e lutar pela aprovação do PLC 122, que criminaliza a homofobia”, afirmou Fatinha, que foi a primeira mulher a conquistar o direito de se casar com pes-

soa do mesmo sexo, no Distrito Federal.

Uma das medidas adotadas para diminuir agressões verbais e físicas, a discriminação e o cyberbullying, situações comuns no ambiente educacional e que refletem o que a sociedade machista ainda estabelece como norma, é o movimento maciço em busca de uma escola democrática, participativa e atuante, em defesa e garantia dos direitos humanos e da cidadania plena de toda a comunidade escolar. Espaço onde perpassam todos os segmentos sociais. “A violência contra a comunidade LGBT é inadmissível. Faz-se, portanto, necessária a defesa dos direitos humanos, por uma cultura de paz e justiça em todos os ambientes, principalmente no ambiente escolar, que é onde se forma o caráter do cidadão e da cidadã”, afirmou Fatinha.

Confira os direitos conquistados:

Igrejas inclusivas - 10/09/2006

Em 10 de setembro de 2006 foi fundada, no Rio de Janeiro, a Igreja Cristã Contemporânea, voltada para o público gay.

Cirurgia para mudança de sexo - 18/08/2008

O Diário Oficial da União publicou, no dia 18 de agosto de 2008, portaria que prevê a realização de cirurgia para mudança de sexo, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nos hospitais públicos dos Estados. Pelo texto, cabe à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde adotar as providências necessárias à estruturação e implantação do processo transexualizador. O pedido para a cirurgia, chamada de transgenitalização, pode ser feito em postos de saúde, que dão início ao processo.

Adoção por casais homoafetivos - 27/04/2010

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em 27 de abril de 2010, manter a adoção de duas crianças a um casal de lésbicas do Rio Grande do Sul. Um recurso do Ministério Público do Estado contestava a decisão da 7ª Câmara Cível, que permitiu que as duas mulheres fossem responsáveis legais pelas crianças. Em 28 de abril, com o precedente aberto, outro casal homoafetivo conseguiu a guarda de uma criança, no município de Tangará da Serra (MT). Nos dois casos, um dos pais já era responsável legal da criança.

Direito de usar o nome social - 19/05/2010

Servidores públicos federais travestis ou transexuais conseguiram, em 19 de maio de 2010, o direito de usar o 'nome social' em cadastros dos órgãos em que trabalham, endereço de e-mail, servidor e na lista de ramais do órgão. Outra concessão semelhante foi no Estado do Ceará, onde estudantes travestis e transexuais já podem usar os nomes sociais nos documentos internos das escolas.

Inclusão do companheiro na declaração de IR - 29/07/2010

Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no dia 29 de julho de 2010, deu direito aos homossexuais de incluir o companheiro ou companheira como dependente, na declaração do Imposto de Renda.

INSS - 10/12/2010

Decreto do dia 10 de dezembro de 2010 garantiu, de forma definitiva, o direito de homossexuais receberem pensão pela morte de seu cônjuge.

Reconhecimento da união estável - 05/05/2011

Em 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o registro das uniões estáveis de casais homossexuais. A votação foi unânime e estendeu aos casais homoafetivos os mesmos direitos que os heterossexuais. Na maioria dos votos improu argumentos relacionados aos direitos universais, à liberdade, à dignidade humana e ao princípio da proibição de atos discriminatórios. Com o reconhecimento, os magistrados abriram espaço para que gays tenham acesso a heranças e pensões (alimentícia ou por morte), além do aval de tornarem-se dependentes em planos de saúde e de previdência.

Cônjuge na identidade militar - 29/06/2012

Nove meses após se tornar o primeiro militar a se casar com uma pessoa do mesmo sexo na história da Marinha do Brasil, o cabo João Silva conseguiu incluir, em 29 de junho de 2012, o nome de seu cônjuge, o gestor público Cláudio Nascimento, em sua identidade militar. Com a decisão, Cláudio passou a ter todos os direitos e benefícios de um militar, como já ocorria em casais heterossexuais.

Licença-maternidade a pai adotivo gay - 30/08/2012

O INSS concedeu, em 30 de agosto de 2012, pela primeira vez na história, o benefício de licença-maternidade a um pai adotivo que vive em união estável homossexual.

Criminalização da homofobia - 02/04/2013

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apresentou, em 2 de abril de 2013, o texto inicial de um substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC 122), que trata da criminalização da homofobia, a integrantes do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). O substitutivo classifica como crimes de ódio e intolerância os crimes contra esses segmentos. A expectativa é que com o novo texto seja possível acelerar a aprovação da matéria, que tramita desde 2006 e, assim, chegar a uma Lei que criminalize especificamente os crimes de natureza homofóbica.

Casamento civil gay - 14/05/2013

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em 14 de maio de 2013, uma resolução que obriga os cartórios de todo o País a converterem uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis. A decisão não 'legaliza' o casamento gay no País. Na prática, a resolução autoriza a celebração do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, direito já previsto a casais heterossexuais.



VOCÊ DECIDE

- ✓ Tema: Relacionamentos e sexualidade.
- ✓ Objetivos: Desenvolver a capacidade de resolução de problemas e estimular a assertividade nas relações íntimas.
- ✓ Idade preferencial: jovens e adultos.
- ✓ Nº de participantes: 6 a 30
- ✓ Duração: 60 minutos
- ✓ Materiais: Folha com dilemas; 4 cartões contendo as letras A, B, C ou D.

Lançando as sementes:

1. Colocar nos quatro cantos da sala os cartões com as letras A, B, C e D. Pedir às/aos estudantes para se dirigirem ao centro da sala e explicar que irá ser lido um dilema, com várias soluções possíveis e que terão de optar por uma delas.
2. Explicar que a cada solução corresponde uma das letras presentes nos vários cantos da sala. Cada pessoa deverá ouvir o dilema, escolher a solução com a qual mais se identifica e deslocar-se para o canto da sala correspondente.
3. Pedir às/aos participantes para refletirem sobre as vantagens e desvantagens de cada solução do dilema e, no final, promover um debate sobre as questões que o jogo levantou.

Dilema nº 1

Maria tem 15 anos e foi ao show com os seus amigos. Marcelo, o garoto mais popular da escola, interessou-se por ela nesse show e começaram a curtir. No final da noite, ele a convidou para passar o resto da noite na casa dele, explicando que estava tudo bem, pois seus pais estão viajando. Os dois ainda não se conhecem. O que Maria deve fazer?

- a) Dizer que não, sem dar explicações.
- b) Dizer que sim, porque Marcelo é popular e não pode perder a oportunidade de passar uns momentos a sós com ele.
- c) Dizer que sim, mas com a condição de se fazerem acompanhar por outras pessoas.
- d) Outra opção.

Dilema nº 2

Nadia tem 14 anos e está apaixonada. Seu namorado sente o mesmo por ela. Estão juntos há dois meses. Acontece que os pais da Nadia são muçulmanos e quando souberem desta relação, vão querer que ela termine. Por isso, os dois se encontram às escondidas. O que é que ela deve fazer?

- a) Deixar de ver a pessoa pela qual se encontra apaixonada.
- b) Levá-lo a sua casa e apresentá-lo aos pais.
- c) Continuar a encontrar-se com ele em segredo.
- d) Outra opção.

Dilema nº 3

Paulo é homossexual e nunca teve coragem de contar à família, nem aos amigos. Gosta de um colega da sua turma. Porém não faz a mínima ideia se esse garoto também é homossexual e se poderá estar apaixonado por ele. Tem medo de revelar os seus sentimentos ao rapaz, com medo que ele brinque com seus sentimentos. O que Paulo deve fazer?

- a) Esquecer a ideia e desistir do colega.
- b) Contar aos pais e amigos que é homossexual, convidar o garoto para sair e ver o que acontece.
- c) Tentar se aproximar dele e conhecê-lo melhor para certificar se o rapaz é homossexual e poderá gostar dele, antes de lhe revelar os seus sentimentos.
- d) Outra opção.

Proposta de tópicos para debate:

- Acham que estes dilemas correspondem à realidade?
- Como vocês pensam que as pessoas fazem escolhas, quando confrontadas com este tipo de dilema?
- Quais as consequências deste tipo de dilema?
- Quando uma pessoa está indecisa, como poderá encontrar apoio que a ajude a tomar decisões desta natureza?
- Quais são os direitos de cada pessoa, referentes à sua vida sexual?
- Quem deverá decidir os direitos de cada uma e cada um?

Na mídia, falta respeito à imagem da mulher

É muito fácil fazer uma lista de nomes de mulheres que se destacam na história da humanidade, sobretudo nas últimas décadas. Isso vale para o esporte, política, cultura, medicina, enfim, para todas as áreas.

Há consenso que a mulher conseguiu ir muito além do direito de votar. Sua inserção política e cultural provocou rupturas de estigmas e preconceitos fazendo com que ela ocupasse seu lugar no mercado de trabalho e no mundo. O que não significa dizer que a mulher saiu da condição de marginalizada e conquistou a igualdade em relação aos homens.

Vivemos em um país machista, preconceituoso e conservador. Assim, a mulher continua sofrendo discrepâncias em relação aos homens.

Nesse contexto, a mídia exerce um papel cruel ao explorar a imagem da mulher como mero objeto de publicidade. A massificação da imagem da mulher “bonita e sensual” não influencia apenas na formação de nossas crianças,

mas também atinge violentamente a autoestima da mulher adulta. Esta se sente obrigada a corresponder ao modelo idealizado. Basta ver que o Brasil é campeão em cirurgias plásticas.

Há uma inversão na lógica da publicidade comercial ao explorar a imagem da mulher e não as qualidades do produto a ser vendido. Vale lembrar que quando falamos em imagem da mulher, estamos nos referindo às mulheres definidas pelo conceito midiático como “bonitas”.

A publicidade perde sua função de informar, passando a servir apenas como mecanismo para impor a necessidade de consumo e a busca do “corpo perfeito”. Na maioria das vezes, impossíveis de serem alcançadas, levando a mulher à frustração, angústia e conseqüentemente à “infelicidade”.

Na disputa pela audiência, a mídia apela para todos os recursos de convencimento e a imagem feminina é, certamente, a campeã dessa apelação. É aí que precisamos refletir um pouco. Se esse padrão midiático atende ao

Sugestões de livros:

“Beleza impossível, a mulher, a mídia e consumo”

Ed. Ágora

“Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira”

Editora da UCG e Anita Garibaldi



Rosilene Corrêa
Diretora do Sinpro-DF

público é porque temos um problema cultural. A forma como é apresentado apenas atende ao perfil do povo brasileiro ou, pelo menos, de sua maioria.

Faz-se necessário rever valores de nossa sociedade, sobretudo na formação de nossos jovens expostos a esta política midiática apelativa, que incentiva cada vez mais o consumo e o individualismo.

Que papel, nós educadoras e educadores estamos desempenhando para mudar esta realidade?

A sala de aula pode ser o espaço para provocarmos mudanças culturais em nossas crianças e jovens, para que possamos ser mulheres verdadeiramente livres e respeitadas.

A mídia publicitária usa a imagem da mulher em um nível de desvalorização, tanto do ser humano como de sua capacidade intelectual, de maneira tão agressiva que caberia punição judicial, se no Brasil a Constituição fosse respeitada.



A BOLA

- ✓ Tema: Igualdade de gênero.
- ✓ Objetivo: Discutir o modo como os estereótipos de gênero moldam as definições de masculino e feminino.
- ✓ Qualquer idade e modalidade de ensino.
- ✓ Nº de participantes: entre 15 e 25
- ✓ Duração: 45 minutos
- ✓ Materiais: bola, quadro e marcador ou giz para escrever.

Lançando as sementes:

1. Pedir às/aos participantes para se colocarem em círculo e solicitar uma pessoa voluntária. Esta deverá registrar as respostas, à medida que forem sendo dadas, num quadro dividido em dois com os cabeçalhos “As mulheres são...” e “Os homens são...”.
2. A professora ou professor fica no centro do círculo com a bola na mão. Diz aleatoriamente “As mulheres são...” ou “Os homens são...” e, simultaneamente, atira a bola a qualquer das/dos participantes. Quem apanhar a bola deverá responder, de imediato, dizendo um adjetivo que defina ser mulher ou ser homem, que será registrado pela/o voluntária/o. Após responder, deve atirar de novo a bola. É o/a dinamizador/a que lançará a bola sucessivamente, procurando que todos os membros respondam pelo menos uma vez.
3. No final o grupo deverá analisar e discutir os resultados registrados no quadro.

Proposta de tópicos para debate:

- Em quais aspectos as duas colunas são semelhantes? E em que diferem?
- Será que as mulheres e garotas ou os homens e rapazes devem se comportar de acordo com as palavras das listas?
- Será que podem fazer coisas que são consideradas “típicas” do sexo oposto?
- Quais são as possíveis consequências?
- Que estereótipos podemos identificar?
- Como é que estas diferentes características, responsabilidades e expectativas podem afetar as opções de vida de mulheres e homens?

Impacto, desafios e o papel da educação

Em 08 de agosto de 2006 foi promulgada a Lei de maior impacto e significado aos direitos das mulheres no Brasil - Lei Maria da Penha, nº11.340/2006. Passados sete anos, a realidade demonstra que há desafios a serem superados, que a legislação por si só não resolve o problema da violência doméstica, mas a aplicabilidade desta dá meios para a mulher seguir a vida longe do agressor.

Sobre os impactos desse instrumento de direitos das mulheres, alguns dados são importantes. O Instituto Patrícia Galvão mostra que 98% da população brasileira afirmam ter conhecimento da Lei. Esse fato justifica o progressivo aumento de denúncias de violência doméstica.

Segundo o **Mapa da Violência 2012: homicídios de mulheres no Brasil** foi comprovada que a taxa de ocorrência no ambiente doméstico é de 71,8%. O estudo também aponta que, dos tipos de violência, a física é predominante (44,2%), seguida da psicológica (20,8%), sexual (12,2%) e patrimonial (2,8%).

As mulheres, através de suas organizações, na luta pelo respeito, direitos e solidificação da Lei Maria da Penha intensificaram suas ações nos últimos anos, contra posições conservadoras e machistas que questionaram a constitucionalidade de alguns de seus artigos. Em fevereiro de 2012, o STF decidiu que ações penais fundamentadas na

Lei serão processadas mesmo sem a representação da vítima, obrigando o Estado a atuar, mesmo que a mulher não denuncie seu agressor formalmente ou retire a queixa. Isso reforça o fato de responsabilizar toda a sociedade na proteção da mulher, através da campanha DISQUE 180 para denúncias dos casos de violência doméstica.

A abordagem da violência e a compreensão da Lei nº11.340/2006, numa perspectiva de gênero, demonstra e sintetiza as desigualdades entre homens e mulheres, historicamente impostas onde o "poder" masculino sempre dominou, em detrimento dos direitos das mulheres. A educação deve ser o principal instrumento nessa abordagem, porque a educação é o melhor espaço de transformação das ações por um mundo melhor, com igualdade de oportunidades e sem violência para as mulheres.



Neliane Maria da Cunha
Diretora do Sinpro-DF



“A vida começa quando a violência acaba”, diz Maria da Penha.

Sim, Maria da Penha é real! E a Lei foi batizada com o nome dessa incrível mulher. Maria da Penha Maia Fernandes nasceu em 1945, é cearense e biofarmacêutica. Ela foi brutalmente violentada pelo ex-companheiro, ficando paraplégica em razão das agressões. Desde então, lutou para que seu agressor fosse condenado, até que sua história chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) sendo considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. Hoje, com 69 anos e três filhas, autora do livro “Sobrevivi... Posso contar”, é líder de movimentos em defesa dos direitos das mulheres, como o IMP – Instituto Maria da Penha, uma organização sem fins lucrativos com diversas ações para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Balanco dos 7 anos da Lei Maria da Penha

“A Lei já salvou mais de trezentas mil vidas. Substituiu outra Lei que previa como pena para o agressor a distribuição de cestas básicas e o trabalho comunitário. Isso desestimulava as denúncias e incentivava a violência. A Lei Maria da Penha mudou isso. Seu primeiro sucesso foi possibilitar uma articulação inédita entre os poderes executivos, em todas as esferas, com o judiciário, as promotorias e o sistema de segurança pública no país inteiro. Houve uma mudança de concepção.”

Eleonora Menicucci - Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

“A Lei Maria da Penha é um instrumento legal, conquistado pelas mulheres há mais de sete anos. Equiparou a violência doméstica à violação dos Direitos Humanos. Incluiu as relações homoafetivas, propôs medidas preventivas e protetivas, reconheceu não só a violência física – óbvia – mas a violência sexual, patrimonial, moral, simbólica. Precisamos aplicar amplamente a Lei e seus serviços. Precisamos de recursos para isso, para a formação de operadores de Direito. E precisamos, permanentemente oferecer uma educação crítica e não sexista para nossos meninos e meninas, jovens homens e jovens mulheres para desconstruirmos preconceitos e estereótipos que sustentam a misoginia, fundadora de todas as formas de violência contra as mulheres.”

Ana Liési Thurler - socióloga, filósofa e feminista



Sugestões de filmes:

“DVD Mulher de Lei (Tião Simpatia)”

“Dormindo com o inimigo”

“Tomates Verdes Fritos”

Sugestão de livro:

“Sobrevivi... Posso contar”

Maria da Penha (Ed. Armazém da Cultura)

A LEI MARIA da PENHA

Em Folheto
de Cordel

I

A Lei Maria da Penha
Está em pleno vigor
Não veio pra prender homem
Mas pra punir agressor
Pois em "mulher não se bate
Nem mesmo com uma flor".

II

A Violência Doméstica
Tem sido uma grande vilã
E por ser contra a violência
Desta Lei me tornei fã
Pra que a mulher de hoje
Não seja uma vítima amanhã.

III

Toda mulher tem direito
A viver sem violência
É verdade, está na Lei.
Que tem muita eficiência
Pra punir o agressor
E à vítima, dar assistência.

IV

Tá no Artigo Primeiro
Que a Lei visa coibir;
A Violência Doméstica
Como também, prevenir;
Com medidas protetivas
E ao agressor, punir.

V

Já o Artigo Segundo
Desta Lei Especial:
Independente de classe,
Nível educacional,
De raça, de etnia;
E orientação sexual...

VI

De cultura e de idade
De renda e religião
Todas gozam dos direitos
Sim, todas! Sem exceção
Que estão assegurados
Pela Constituição.

VII

E que direitos são esses?
Eis aqui a relação:
À vida, à segurança.
Também à alimentação
À cultura e à justiça
À saúde e à educação.

VIII

Além da cidadania
Também à dignidade
Ainda tem moradia
E o direito à liberdade.
Só tem direitos nos "As",
E nos "Os", não tem novidade?

IX

Tem! Direito ao esporte
Ao trabalho e ao lazer
E o acesso à política
Pra o Brasil desenvolver
E tantos outros direitos
Que não dá tempo dizer.

X

E a Lei Maria da Penha
Cobre todos esses planos?
Ah, já estão assegurados
Pelos Direitos Humanos.
A Lei é mais um recurso
Pra corrigir outros danos.

XI

Por exemplo: a mulher
Antes da Lei existir,
Apanhava e a justiça
Não tinha como punir
Ele voltava pra casa
E tornava a agredir.

XII

Com a Lei é diferente
É crime inaceitável
Se bater, vai pra cadeia
Agressão é intolerável.
O Estado protege a vítima
Depois pune o responsável.

XIII

Segundo o Artigo Sétimo
Os tipos de Violência
Doméstica e Familiar
Têm na sua abrangência
As cinco categorias
Que descrevo na sequência.

XIV

A primeira é a Física
Entendendo como tal:
Qualquer conduta ofensiva
De modo irracional
Que fira a integridade
E a saúde corporal...

XV

Tapas, socos, empurrões;
Beliscões e pontapés
Arranhões, puxões de orelha;
Seja um, ou sejam dez
Tudo é Violência Física
E causam dores cruéis.

XVI

Vamos ao segundo tipo
Que é a Psicológica
Esta merece atenção
Mais didática e pedagógica
Com a autoestima baixa
Toda a vida perde a lógica...

XVII

Chantagem, humilhação;
Insultos; constrangimento;
São danos que interferem
No seu desenvolvimento
Baixando a autoestima
E aumentando o sofrimento.

XVIII

Violência Sexual:
Dá-se pela coação
Ou uso da Força Física
Causando intimidação
E obrigando a mulher
Ao ato da relação...

XIX

Qualquer ação que impeça
Esta mulher de usar
Método contraceptivo
Ou para engravidar
Seu direito está na Lei
Basta só reivindicar.

XX

A quarta categoria
É a Patrimonial:
Retenção, subtração,
Destruição parcial
Ou total de seus pertences
Culmina em ação penal...

XXI

Instrumentos de trabalho
Documentos pessoais
Ou recursos econômicos
Além de outras coisas mais
Tudo isso configura
Em danos materiais.

XXII

A quinta categoria
É Violência Moral
São os crimes contra a honra
Está no Código Penal
Injúria, difamação;
Calúnia, etc e tal.

XXIII

Segundo o Artigo Quinto
Esses tipos de violência
Dão-se em diversos âmbitos
Porém é na residência
Que a Violência Doméstica
Tem sua maior incidência.

XXIV

Quem pode ser enquadrado
Como agente/agressor?
Marido ou companheiro,
Namorado ou ex-amor!
No caso de uma doméstica
Pode ser o empregador.

XXV

Se por acaso o irmão
Agredir a sua irmã
O filho, agredir a mãe;
Seja nova ou anciã
É Violência Doméstica
São membros do mesmo clã.

XVI

E se acaso for o homem,
Que da mulher apanhar?
É Violência Doméstica?
Você pode me explicar?
Tudo pode acontecer
No âmbito familiar!

XXVII

Nesse caso é diferente;
A Lei é bastante clara:
Por ser uma questão de gênero
Somente à mulher, ampara
Se a mulher for valente
O homem que livre a cara.

XXVIII

E procure seus direitos
Da forma que lhe convenha
Se o sujeito aprontou
E a mulher desceu-lhe a lenha
Recorra ao Código Penal
Não à Lei Maria da Pena.

XXIX

Agora, num caso lésbico;
Se no qual a companheira
Oferecer qualquer risco
À vida de sua parceira
A agressora é punida;
Pois a Lei não dá boabeira.

XXX

Para que os seus direitos
Estejam assegurados
A Lei Maria da Pena
Também cria os Juizados
De Violência Doméstica
Para todos os Estados.

XXXI

Aí, cabe aos governantes
De cada federação
Destinarem os recursos
Para implementação
Da Lei Maria da Pena
Em prol da população.

XXXII

Espero ter sido útil
Neste cordel que criei
Para informar o povo
Sobre a importância da Lei
Pois quem agride uma Rainha
Não merece ser um Rei.

XXXIII

Dizia o velho ditado
Que “ninguém mete a colher”.
Em briga de namorado
Ou de “marido e mulher”
Não metia... Agora, mete!
Pois isso agora reflete
No mundo que a gente quer.

Autor: TIÃO SIMPATIA



Mulheres...

O que seria do mundo sem elas?

É fato que, em termos de valorização da mulher, a sociedade avança em passos tímidos, exalando ainda muitos costumes machistas que nos leva a ter a sensação de que a luta feminina, por novos valores sociais, morais e culturais não tem fim, mas nos traz a certeza de que é uma luta pela democracia. Apesar das inúmeras dificuldades encontradas pelas mulheres que não aceitaram mais ser enxergadas apenas como uma figura doméstica, mas como um ser capaz de

ocupar qualquer espaço, inclusive o de liderança, é que me leva a questionar; “o que seria do mundo sem elas?”. Partindo desta avaliação, procurei promover em sala de aula debates a respeito da contribuição da mulher nas variadas esferas (na política, na religião, na sociedade, na família), e isto nos levou a pensar de onde saíram tantas ideias geniais que facilitam nossas vidas no dia a dia. Muitas dessas ideias vieram de mulheres ou tiveram a sua contribuição.

1. Fibra Kevlar

Stephanie Kwolek, em 1966, criou um material que é usado até hoje em alguns smartphones e que é simplesmente resistente ao impacto de um tiro. Foi desenvolvido durante a tentativa de criar um material que fosse mais leve para os pneus de carro.

2. Limpador de Para-brisa

É, o que seria de alguns motoristas sem o limpador de para-brisa, não é? E sim ele foi criado por uma mulher, em 1903. Mary Anderson foi quem criou esse item indispensável. A versão automática apareceu em 1917 e foi desenvolvida também por uma mulher, Chatlotte Bridgwood.



Fátima de Almeida Moraes
Diretora do Sinpro-DF

Sugestões de filmes:

“Alexandria”

“Temple Grandin”

3. Corretivo - Isso mesmo. Esse “simples” e tão usado material escolar também foi desenvolvido por uma mulher. Em inglês é chamado de “liquid paper”, ou seja, Papel Líquido, e foi desenvolvido através de uma fórmula caseira de Bette Nesmith Graham, que procurou solucionar os problemas que enfrentava quando errava a digitação na máquina de datilografia

4. Programação - O que seria do mundo de hoje se, em 1944, Grace Hopper não trabalhasse com Howard Aiken e juntos tivessem desenvolvido o “Mark I”? Esse foi o primeiro computador e ocupou sua sala inteira. Ela desenvolveu os princípios da programação e os primeiros códigos, além de ser a criadora dos termos “bug” e “debugging”, tão usados até hoje para a área da tecnologia.

5. Vidro Invisível - Já pensou se, em 1935, Katharine Blodgett não tivesse desenvolvido os princípios do vidro transparente? Hoje ele está em todo o lugar, desde os tão usuais óculos aos mais caros smartphones.

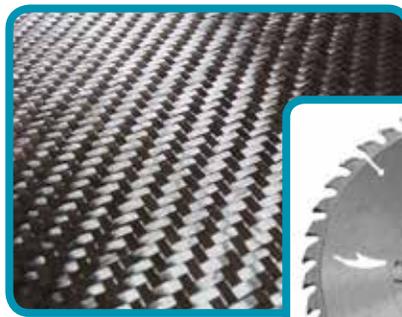
6. Sacola de Papel - Margaret Knight foi a mulher que desenvolveu a máquina que produzia as sacolas de papel com fundo quadrado. Teve a patente registrada em 1871 após uma briga na justiça quando um homem tentava fazer a patente que era de direito de Margaret.

7. Serra Circular - A conclusão de que a serra reta que os lenhadores do século XIX usavam foi de uma mulher, que adentrando a esse universo “originalmente masculino” mostrou que a serra circular era a melhor opção para eles. Foi em 1813 que Tabitha Babbitt criou um objeto manual com uma serra circular e que comprovou o que ela dizia.

8. Fralda Descartável - A empresária americana Marion Donovan resolveu o problema de milhões de mães espalhadas pelo mundo: inventou a fralda descartável.

9. Sistema que Impede o Rastreamento de Torpedos - Hedy Lamarr foi uma brilhante cientista e, junto com um amigo, desenvolveu um sistema por meio do qual torpedos não poderiam ser rastreados pelo inimigo. Desde então, a tecnologia tem sido usada como base de sistemas para a telefonia móvel e internet sem fio

10. Lava Louças - Josephine Cochrane criou a primeira lava-louças. A invenção tinha o objetivo de livrar as mãos



do contato com o sabão e hoje é item indispensável na maioria dos lares

11. Sistema de Sinalização - Trabalhando no projeto inacabado do falecido marido, Martha Coston criou um sistema prático de sinalização usando foguetes para a Marinha. Atualmente, todas as operações militares de resgate dependem dos sinalizadores que são usados como forma de comunicação

12. Saída de Emergência - Anna Connelly patenteou a primeira saída de emergência em 1887. Seu invento introduziu o sistema de escadas externas nos edifícios

13. Orelhão - Criadora do projeto mobiliário urbano mais conhecido do Brasil, o orelhão, a arquiteta *Chu Ming Silveira* nasceu em Shangai, mas foi naturalizada brasileira. O primeiro orelhão surgiu em São Paulo, em 1970.

14. Sutiã - Mary Phelp Jacob tinha comprado um vestido para ir a uma festa à noite, na época a única roupa de baixo era um espartilho rígido. Ao ver que a peça ficava sobrando no vestido ela elaborou o primeiro sutiã, usando dois lenços de seda e uma fita. O primeiro sutiã moderno foi patenteado em 1913.

15. Hidrômetro - Por volta de 400 a.C., um dos nomes mais respeitados da matemática, astronomia e filosofia, *Hypatia de Alexandria*, inventou o hidrômetro, instrumento que mede o volume de água e é usado até hoje.



Igualdade se planta na escola

Projeto

Como artesãs de um novo mundo construímos, a cada dia, possibilidades de realização do que acreditamos. Para nós educadoras, a letra, a palavra e o ato de ensinar são como a linha, pano, barro cru, madeira bruta e o sisal na mão de uma artesã. Fazemos das letras palavras de esperança, de ternura, de transformação, de enfrentamento e luta.

Com nossa arte – a de ensinar – moldamos uma nova sociedade, livre e justa. Fazemos da nossa fala poderosa ferramenta para tecer igualdade no cotidiano da sala de aula, nas ruas ou em nosso sindicato, lutando por dignidade e justiça.

É com este desejo que levamos à frente e aprimoramos o tema das mulheres educadoras do Sinpro: **Igualdade se planta na escola.**

Nessa perspectiva o Sinpro, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres Educadoras realiza encontros, plenárias e seminários e reconhece o trabalho das companheiras através de homenagens como o **Prêmio Mulher Educadora - Cidadã do Mundo.**

A importância do Projeto Igualdade se Planta na Escola:

“Percebi que é necessário estar alerta quanto a questão do consumo, do capitalismo e orientar para que não haja uma continuação da mulher vista como um protótipo da beleza, reafirmando o que o mundo machista nos impõe. Em um segundo momento, que o coletivo não se torne mais um grupo religioso dentro da escola, mas que reafirme a escola pública e de qualidade, laica e gratuita. Parabéns à Secretaria de Mulheres do Sinpro pelo projeto. Agradecemos o apoio que sempre nos foi dado”, reafirma a professora Marilúcia de Oliveira Cardoso, do CEM 02 do Gama, que fundou o primeiro coletivo de mulheres na base.

“Trabalhar esse projeto favorece uma cultura de paz. Gera o debate sobre uma convivência mais fraterna, mais humana, sem essa relação de dominação do homem sobre a mulher que produz tanta violência social e desi-

Ganhadoras do I Prêmio Mulher Educadora - Cidadã do Mundo - 2011



Iniciativas da **Secretaria de Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro-DF**

I Encontro: abril/2005

II Encontro: maio/2006

III Encontro: setembro/2008

I Seminário: novembro/2009

I Prêmio Mulher Educadora: março/2011

I Conferência Temática: outubro/2011

I Plenária: agosto/2012

IV Encontro: abril/2013

II Prêmio Mulher Educadora: abril/2013

gualdade econômica”, diz a orientadora Lúcia Santis, da Escola Córrego de Sobradinho, que faz rodas de conversas com as mães da comunidade para uma educação igualitária.

“Acho muito válido porque este prêmio é voltado para as práticas de educação que sejam diferenciadas e voltadas à cidadania. Ganhar um prêmio como este foi o reconhecimento de um trabalho que já faço há muitos anos. Tenho uma alegria muito grande por receber este prêmio do Sinpro, que é a principal entidade ligada à educação no Distrito Federal”, declara Maria da Glória Bomfim, da Escola Parque 308 Sul.

“Como trabalhamos com a educação de jovens e adultos, o reconhecimento que o Sinpro faz às mulheres que militam na luta social e no combate ao analfabetismo é muito importante. Quando o Sinpro reconhece o nosso trabalho mostra que estamos no caminho certo”, fala Maria Madalena Torres, do Centro de Educação

Paulo Freire de Ceilândia.

“Acho de suma importância, primeiro porque este prêmio está em um contexto de valorizar as mulheres que fazem a diferença em uma política de gênero, e com aquelas que estão comprometidas com a transformação do mundo. Isto é o reconhecimento do Sindicato a estas mulheres, principalmente dentro de um contexto de uma política de equidade e igualdade. O Sinpro está de parabéns”, revela Fátima Silva, secretária de relações internacionais da CNTE e vice-presidenta da IEAL.

Ficamos felizes com a coragem dessas educadoras em fazer o debate da igualdade e o enfrentamento da violência na escola. Temos a certeza que neste ano muitas outras aceitarão o desafio e nós, da Secretaria de Políticas para as Mulheres Educadoras e da Direção Colegiada do Sinpro teremos o prazer de homenagear, mais uma vez, com o prêmio Mulher Educadora – Cidadã do Mundo, 3ª edição – ano 2014. Participem!

Ganhadoras do II Prêmio Mulher Educadora - Cidadã do Mundo - 2013



MOVIMENTOS FEMINISTAS

Entre em contato com os principais movimentos feministas no Brasil e no DF:

Marcha das Margaridas

margaridasembrasil@gmail.com
facebook.com/Marchadasmargaridas

Movimento de Mulheres Camponesas

www.mmcbrazil.com.br

Instituto Maria da Penha

Institutomariadapenha.org.br
www.facebook.com/InstitutoMariadaPenha

Simpatia Produções

www.simpatiaproducoes.blogspot.com.br
www.facebook.com/simpatiaproducoes

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

www.observatoriodegenero.gov.br
www.facebook.com/observatoriogenero

ONU Mulheres

www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres

Marcha Mundial de Mulheres

marchamulheres@sof.org.br

Festival Latinidades

afrolatinas.com.br
facebook.com/pages/Latinidades-Afrolatinas

Fórum de Mulheres do DF

feminismo.org.br/fmdf
facebook.com/Forumdemulherdf

Cara e Cultura Negra

www.caraeculturanegra.com.br
facebook.com/caraecultura.negra

Pretas Candangas

pretascandangas.wordpress.com
www.facebook.com/pages/Pretas-Candangas

CFEMEA

cfemea@cfemea.org.br
www.facebook.com/cfemea.feminista

Marcha das Vadias

marchadasvadiasdf.wordpress.com
facebook.com/marchadasvadiasdf

Liga Brasileira de Lésbicas

ligadf.lbl@gmail.com

Promotoras Legais Populares

www.promotoraslegaispopulares.org.br
facebook.com/generoedireito

MOMENTOS DE LUTA!



Somos uma categoria majoritariamente FEMININA!

